

# **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade<sup>1</sup>**

**Danilo Souza Melo**

Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Goiás (UFG) - Campus Avançado de Jataí

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG)

Membro da Rede DATALUTA

e-mail: danilosouza.geo@hotmail.com

## **Resumo**

Em Mato Grosso do Sul, a questão agrária tem sua origem no processo de apropriação capitalista da terra ocorrido por meio de leis e políticas que permitiram a grilagem e a concentração fundiária no Estado. Os problemas sociais no campo se agravaram com a intensificação do atual modelo de agricultura capitalista, denominado de agronegócio, com origem na Revolução Verde, na década de 1970. A ocupação da fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema (MS), em abril de 1984, marcou a luta pela terra no Estado e colaborou para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em nível estadual. Após 30 anos da ocupação, trabalhadores, camponeses e indígenas ainda estão engajados em movimentos socioterritoriais lutando pela conquista de frações do território. Este artigo objetiva analisar a dinâmica das disputas no campo em Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1988 e 2014, por meio das ocupações registradas pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), discutindo ainda o protagonismo dos movimentos socioterritoriais no estado. Para cumprir com os objetivos, os procedimentos metodológicos foram: revisão bibliográfica sobre o assunto, sistematização de dados das ocupações de terra, trabalho de campo e a utilização de fontes orais. Essa diversidade na metodologia forneceu diferentes informações que se complementam e que foram analisadas e sistematizadas em gráficos, tabelas e mapas.

**Palavras-chave:** Questão agrária; movimentos socioterritoriais; ocupações; Mato Grosso do Sul.

## **The struggle for the land in Mato Grosso do Sul: MST and the protagonism of the struggle at the present time**

### **Abstract**

In Mato Grosso do Sul, the agrarian question has her origin in the process of capitalist appropriation of the earth happened through laws and politics that allowed the grilagem and the land concentration in the State. The social problems in the field became worse with the intensification of the current model of capitalist agriculture, denominated of agrobusiness, with origin in the Green Revolution, in the decade of 1970. The occupation of the farm Santa Idalina, in the town of Ivinhema (MS), in April of 1984, marked the fight for the earth in the State and it collaborated for the formation of the Rural Workers Movement (MST) in state level. After 30 years, the occupation of the farm Santa Idalina, workers, farmers and natives are still engaged in social movements struggling for the conquest of fractions of the territory. This article aims at to analyze the dynamics of the disputes in the field in Mato Grosso do Sul, among the years de 1988 and 2014, through the occupations registered by the Database

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de discussões realizadas no Grupo de Estudos Terra e Território – GETT ligado a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus de Três Lagoas-MS e do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) coordenado pelo Prof.Dr. Sedeval Nardoque e apoiado pelo CNPQ.

of the Fight by the Land (DATALUTA), still discussing the protagonism of the social movements in the state. To accomplish with the objectives, we adopted different methodological procedures, with the bibliographical revision on the subject, systemization of data of the earth occupations, field work and the use of oral sources. That diversity in the methodology supplied different information that are complemented and we analyzed and systematized in form graphics and maps.

**Keywords:** Agrarian question; socioterritorial movements; occupations; Mato Grosso do Sul.

## **La disputa para la tierra en Mato Grosso del Sul: MST y el protagonism de la pelea en este momento**

### **Resumen**

En Mato Grosso do Sul, el cuestión agrario tiene el suyo / su origen in the process of la apropiación capitalista de la tierra ocurrió a través de leyes y política que admitieron el grilagem y el fundiária de concentración en el estado federal. La reunión de la que los problemas en el campo se pusieron peores con la intensificación del modelo en curso de agricultura capitalista, expresado en lo agronegócio, con el origen en los Revolution verdes, en la década 1970. la ocupación del Santa Idalina de la granja, en el distrito municipal de Ivinhema (MS), en abril de 1984, caracterizaba la pelea para la tierra en el estado federal y colaboró para la formación del movimiento de los trabajadores rurales sin Earth (MST) in state a nivel. Después de 30 años, la ocupación del Santa Idalina de la granja, trabajadores, agricultores y naturales todavía están comprometidos en los movimientos sociales luchando por la conquista de las fracciones del territorio. Este artículo apuntar hacia to analizar la dinámica de las disputas en el campo en Mato Grosso hacer Sul, entre el de 1988 de años y 2014, a través de las ocupaciones registradas por la base de datos de la pelea junto a la tierra (DATALUTA), todavía hablando del protagonism de los movimientos sociales en el estado. Para accomplish con los objetivos, asumimos los procedimientos metodológicos diferentes, con la revisión de bibliographical en la asignatura, la sistematización de los datos de las ocupaciones de tierra, trabajo de campo y el uso de orígenes orales. Que la diversidad en la metodología proporcionó la información diferente que era complementada y que fora analizada pr meio del gráficos e mapas.

**Palabras Clave:** Cuestión agrário; movimientos socioterritoriales; ocupaciones, Mato Grosso do Sul.

### **Introdução**

A luta pela terra no Brasil, marcada por revoltas e massacres envolvendo camponeses, trabalhadores, povos tradicionais e movimentos socioterritoriais, impulsionou pesquisadores de diferentes áreas a se dedicarem ao estudo do assunto. Na Geografia, mais precisamente na Geografia Agrária, diferentes autores se dedicaram ao estudo do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e suas contradições.

Para Oliveira (1991; 2004; 2010), o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre de maneira desigual, combinada e contraditória, ou seja, o capital ao reproduzir suas relações capitalistas, promove, ao mesmo tempo, relações não capitalistas. Desta maneira,

o campesinato (relação na capitalista) é resultado do desenvolvimento do capitalismo, recriando-se via emancipação ou subordinação ao capital.

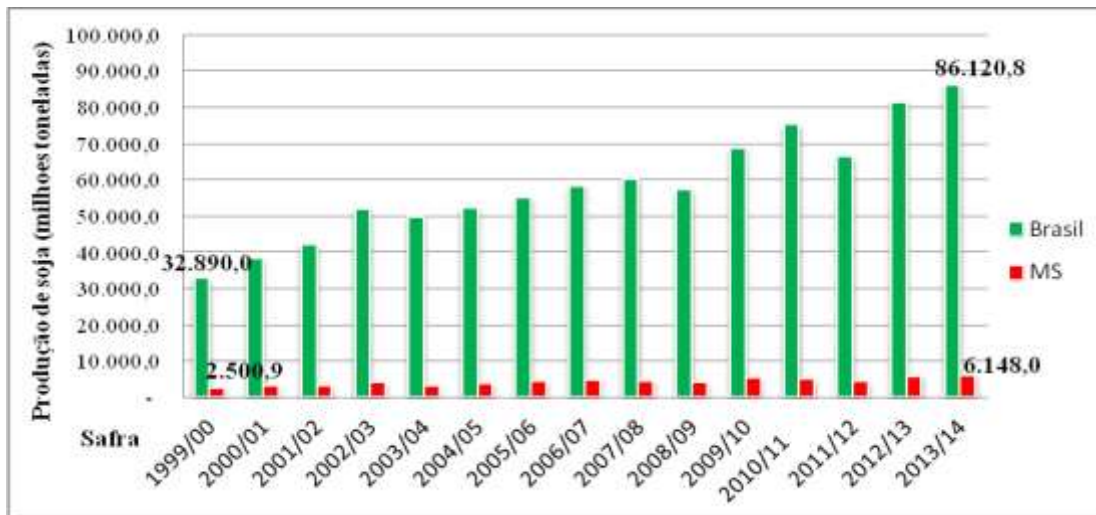
O desenvolvimento do capital no campo ocorre por duas distintas maneiras: a monopolização e a territorialização do capital no campo. No processo de monopolização, o capital cria condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias, sujeitando a renda da terra produzida pelos camponeses à lógica capitalista (OLIVEIRA, 2004). Ou seja, a renda da terra produzida pelo campesinato é apropriada na circulação da mercadoria. A monopolização do capital no campo permite, mesmo de forma precária, a reprodução do campesinato, ou seja, o capital para se desenvolver no campo necessita de relações não capitalistas, via desenvolvimento desigual e combinado (OLIVEIRA, 2010).

Outro caminho encontrado pelo capital para se apropriar da renda da terra, mais perverso para os camponeses, é a sua territorialização, pois se apropria da terra dificultando a recriação camponesa. Pois,

[...] ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse processo especificamente capitalista que (faltou algo) se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (OLIVEIRA, 2004, p.106).

Como exemplo de desenvolvimento e territorialização do capital no campo brasileiro, a soja é uma das principais commodities produzidas pela agricultura capitalista, o gráfico 1 apresenta a evolução da produção da soja no Brasil e Mato Grosso do Sul em toneladas (milhões). Observamos no gráfico que o Brasil passou de 32.890 milhões de soja na safra 1999/2000 para 86.120,8 milhões na safra 2013/14, um aumento de mais de 150%. Mato Grosso do Sul obteve aumento semelhante aos 150% na produção da, saindo de 2.500,9 milhões de toneladas na safra 1999/2000 para 6.148,0 milhões de toneladas na safra 2013/14.

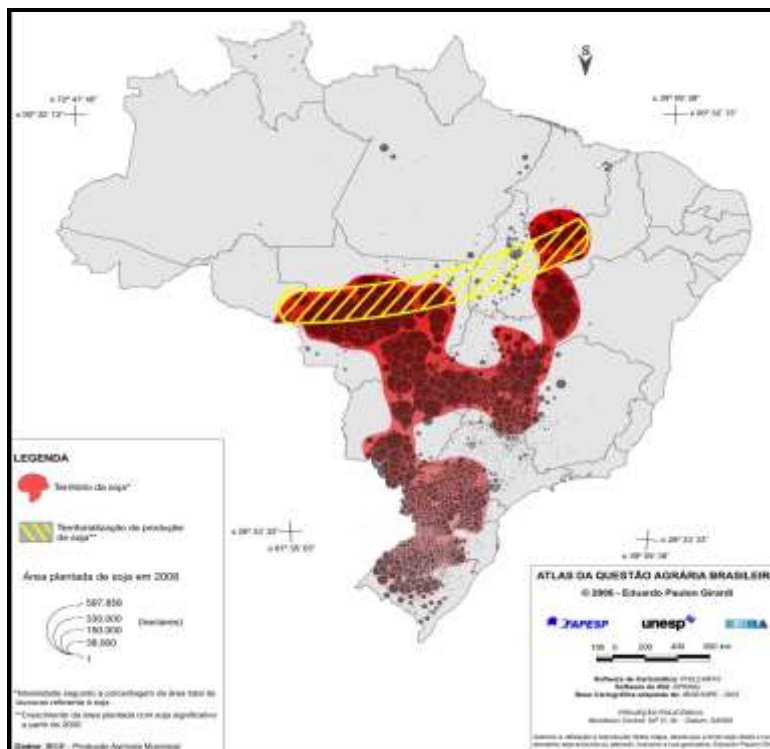
**Gráfico 1 – Brasil e MS: produção de soja (série histórica)**



Fonte: CONAB/APROSOJA. (Organizado pelo autor).

No mapa 1 a territorialização da soja no Brasil é representada. Observamos o território da soja, localizado essencialmente da região Centro-Oeste e Sul, em Mato Grosso do Sul o agricultura da soja se concentra nas regiões Sul e Leste do estado. Observamos ainda, o avanço da agricultura capitalista em direção da Amazônia.

**Mapa 1 - Brasil: territorialização da produção de soja**



Fonte: Girardi, (2008, p.84).

Resistindo e lutando contra a agricultura capitalista, grupos compostos por camponeses, trabalhadores e povos tradicionais lutam pela conquista da terra e reconhecimento de seus territórios, engajados ou não em movimentos socioterritoriais. Optamos pelo uso do conceito de movimentos socioterritoriais por concordar com as contribuições de Fernandes;

Estamos iniciando uma reflexão fundamental para compreendermos os movimentos sociais além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem, pelos territórios que dominam. [...] Partimos do pressuposto que movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo [...]. (FERNANDES, 2000, p.59).

Nessa perspectiva territorial, pensar os movimentos sociais do campo, é entender a luta para além da conquista da terra, é luta por dignidade, direito à educação, reconhecimento de sua cultura, políticas públicas.

[...] há, entre os movimentos sociais que atuam no Brasil, um conjunto de mobilizações cuja natureza é essencialmente territorial e de importância crescente no contexto social nacional, insurgindo daí a necessidade de acrescentarmos em seus estudos conhecimentos pertinentes ao campo da geografia [...]. (PEDON, 2009, p. 29).

A longa marcha dos movimentos territoriais e de povos tradicionais pelo acesso à terra resulta em ações coletivas como, por exemplo, as ocupações de terra. As ações estratégicas dos movimentos socioterritoriais colocam em discussão a luta pela terra na sociedade, além de forjarem a conquista ou criação de espaços políticos de espacialização da luta. “A espacialização é o movimento dos sujeitos, carregando suas experiências por diferentes lugares do território. É a busca do recomeço como novos sujeitos, o que permite um constante re-fazer-se na sua formação” (FERNANDES, 1994, p.177).

As ocupações de terra são ações concretas para a espacialização das lutas e dos movimentos socioterritoriais. Pois espacializar é:

[...] registrar no espaço social um processo de luta. É o multimensionamento do espaço de socialização política. É escrever no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações ocupações e reocupações de terras, etc. (FERNANDES, 1999, p. 136).

Na espacialização, além de colocar em debate na sociedade a necessidade da Reforma Agrária, os movimentos criam suas identidades, e os trabalhadores mobilizados se reconhecem enquanto sujeitos.

Enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da

identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais. (GRZYBOWSKI, 1987, p.59/60).

A espacialização faz parte do processo de territorialização da luta pela terra e a cada conquista de frações do território, a cada assentamento criado, terras demarcadas, a luta se territorializa.

A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais. Entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra. (FERNANDES, 1994, p.182).

Para compreendermos as dinâmicas da luta dos movimentos do campo pela territorialização em Mato Grosso do Sul é necessário um conjunto de metodologias que ofereça diferentes informações para nossa análise. Assim, para cumprir com os objetivos, adotamos diferentes procedimentos metodológicos, que passam pela revisão bibliográfica sobre o assunto, sistematização de dados sobre a luta pela terra e trabalho de campo. Este conjunto de procedimentos metodológicos forneceu-nos diferentes informações complementares e que subsidiou esta análise.

Na pesquisa bibliográfica estudamos temas a respeito dos movimentos socioterritoriais e, principalmente, sobre a questão agrária em Mato Grosso do Sul. A partir desta pesquisa foi possível compreendermos os processos que resultaram nos conflitos pela terra e como estes ainda perduram na atualidade.

Por conseguinte, a sistematização dos dados DATALUTA resultou na produção de gráficos e mapas sobre as ocupações em Mato Grosso do Sul. Outras fontes de informações sobre conflitos indígenas e estrutura fundiária foram utilizadas, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No trabalho de campo, realizado na sede do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Campo Grande, foi possível discutirmos com os dirigentes do movimento sobre a dinâmica das ações e perspectivas para o campo sul-mato-grossense.

Este conjunto de procedimentos metodológicos permitiu-nos a análise sobre a dinâmica das ocupações de terra e da ação dos movimentos socioterritoriais em Mato Grosso do Sul, resultando também na produção do mapa síntese da questão indígena em MS.

## **O DATALUTA na questão agrária de Mato Grosso do Sul**

Em Mato Grosso do Sul a luta pela terra tem em seu cerne o processo de apropriação capitalista da terra, iniciado quando este Estado ainda era parte do antigo Mato Grosso. A apropriação e concentração da propriedade capitalista da terra se deram essencialmente por políticas, leis, e decretos criados com objetivo de motivar a migração para a região da fronteira e “ocupar” o antigo Mato Grosso. (MORENO, 1994; 2008).

Entretanto, a política fundiária<sup>2</sup> promoveu a apropriação capitalista da terra e, conseqüentemente, a formação de latifúndios. Assim, a estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul resultou de políticas aplicadas no antigo Mato Grosso, que, com a ascensão política da elite pecuarista do Sul do Estado, no final da década de 1970, ocasionou sua divisão, como afirmou Almeida; Kudlavicz e Silva (2012, p.05):

Esse processo de ocupação do sul do antigo estado de Mato Grosso, centrado na grande propriedade e na atividade pecuária, gerou uma classe de grandes proprietários de terra que dirigiu o processo de divisão do estado de Mato Grosso e a fundação, em 1977, do estado de Mato Grosso do Sul. O próprio processo separatista, gestado durante décadas e levado a cabo no governo militar de Geisel, foi um projeto político da classe dos proprietários de terras.

Para Fabrini (2008), o Estado não foi apenas planejador, mas indutor da formação das grandes propriedades a partir da concessão e venda de terras devolutas às empresas colonizadoras e grandes capitalistas.

[...] a concentração de terras no sul de Mato Grosso do Sul não é necessariamente resultado da expropriação e aglutinação de pequenas propriedades no processo de expansão capitalista de produção. A estrutura fundiária altamente concentrada deve-se ao processo de ocupação das terras, ou seja, quando o estado promoveu a transferência/venda de grandes áreas de terras públicas para proprietários fundiários. Portanto, a estrutura fundiária no Sul de Mato Grosso do Sul “nasceu” concentrada. (FABRINI, 2008, p.54).

Desta maneira, é possível observar os reflexos do processo de ocupação do estado na atual estrutura fundiária do estado de Mato Grosso do Sul demonstrada na tabela 1. Na tabela, observamos os estabelecimentos agropecuários até 200 hectares são 72,54% do total de estabelecimentos, estes ocupam apenas 5,01% da área total.

A concentração fundiária fica mais evidente quando observamos os estabelecimentos acima de 1000 hectares (10,18% do total de estabelecimentos) ocupando 76,93% da área total do estado.

### **Tabela 1 – Mato Grosso do Sul: estrutura fundiária – 2006**

<sup>2</sup> Entendemos por política fundiária todos os planos, programas e a legislação criada, revogada e modificada para atender os interesses políticos/econômicos, regionais e nacionais na formação da estrutura fundiária de MS.

<b>Classe Área Total (ha)</b>	<b>Nº estabelecimentos</b>	<b>%</b>	<b>Área Total (ha)</b>	<b>%</b>
0 a menos 200	47.050	72,54%	1.504.902	5,01%
200 a menos de 1000	11.209	17,28%	5.428.720	18,06%
Acima de 1000	6.603	10,18%	23.123.327	76,93%
<b>Total</b>	<b>64.862</b>	<b>100%</b>	<b>30.056.947</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006. (Organizado pelo autor)

Ainda como resultado do processo de ocupação do estado, trabalhadores migraram para a região em busca de acesso à terra, e foram excluídos, assim como as populações indígenas da região foram expulsas e dizimadas no avanço da fronteira. As atuais disputas pela terra, em especial, as ocupações protagonizadas pelas organizações camponesas e indígenas em MS, envolvem a trama do processo de apropriação capitalista da terra por meio da política fundiária utilizada pelo Estado brasileiro.

As ocupações colocam em discussão na sociedade a legitimidade da titulação e o cumprimento da função social da terra.

[...] a ocupação representa a principal forma de contestação da ordem territorial estabelecida, e que os mantém marginalizados já que impede o acesso ao espaço. Por meio do ato de ocupar, os movimentos socioterritoriais desenvolvem os processos de espacialização e territorialização, é quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos que não possuem terra ou um teto. A ocupação contém no mínimo duas partes, os ocupantes e as forças que estão em oposição. Esta tensão não está à frente, justaposta ou sobreposta ao conflito, ela é parte constitutiva dele. (PEDON, 2009, p.177/178).

As ocupações demonstram uma importante dimensão da questão agrária: a luta pela terra (FERNANDES, 2001). Nessa perspectiva, objetivando compreender e discutir a dinâmica da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, as ocupações registradas e sistematizadas no banco de dados DATALUTA serão utilizadas como principal fonte de informações em nossa análise.

No DATALUTA, durante o trabalho diário de registro das notícias envolvendo os movimentos socioterritoriais, são comuns notícias relatando invasões de terras, no entanto, estas ações são registradas na categoria ocupação. Há divergências na concepção dessa ação (invasão ou ocupação), pelo fato de implicar posicionamentos políticos de quem opta por um ou outro. É necessário compreender que há disputas no campo das ideias e, nessa disputa, há a tendência conservadora da manutenção e defesa da propriedade privada, veiculada pelos meios de comunicação, como fica evidenciado na manchete da notícia (figura 1) de uma “invasão” ocorrida em Paranaíba (MS).



**Figura 1 - Jornal Correio do Estado: notícia ocupação em Paranaíba (MS)**

Fonte: Jornal Correio do Estado, 2012.

O teor das notícias e a utilização de termos criminalizam a ação dos movimentos socioterritoriais, demonstrando posicionamento da mídia. Ao utilizar o termo invasão, influenciam a opinião pública de que esta é prática ilegal, trazendo consigo a ideologia de direito à propriedade, muitas vezes, utilizada como justificativa para respostas violentas do Estado e dos proprietários de terra.

Por outro lado, para os movimentos socioterritoriais a ocupação indica um posicionamento político de cobrança da aplicação do Estatuto da Terra e da função social da terra, como estabelece o Capítulo III, Art.184, da Constituição Federal, no tocante à Reforma Agrária. Desse modo, para os movimentos, a ocupação representa a principal forma de contestação da ordem territorial estabelecida, que os mantêm marginalizados, pois lhes impede o acesso ao espaço.

Dessa maneira:

Na luta pela terra, a ocupação é uma comprovação que o diálogo não é impossível. Ao ocupar a terra, os sem-terra vêm a público e iniciam as negociações, os encontros com todas as forças políticas. Ao ocupar espaços políticos, reivindicam seus direitos. Quando o governo criminaliza essas ações, corta o diálogo e passa dar ordens. Tenta destruir a luta pela terra sem fazer a Reforma Agrária. (FERNANDES, 2001, p. 36).

A construção conceitual do termo ocupação teve efetiva participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, utilizando-o em sua luta e em palavras de ordem, como, “Ocupar, resistir e produzir”. Podemos afirmar, assim,

[...] que o uso do termo ocupação de terras no seu sentido contemporâneo foi cunhado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O uso do termo ocupação foi estratégico na formulação das bases de justificação e legitimação do MST e na demanda pela realização da Reforma Agrária no Brasil. (ROSA, 2012, p.513).

Para o DATALUTA, a ação dos movimentos ao entrarem em uma fazenda e nela acampar é caracterizada e registrada como a categoria ocupação. Comprometendo-nos com a construção do conceito e sua representação política, também o utilizamos para analisar Mato Grosso do Sul, o que significa dizer que consideramos, no processo de registro das notícias de jornais, a invasão como ocupação de terra.

No entanto, cabe ressaltar a diferença entre ocupação e acampamento. A ocupação consiste em uma ação do movimento com o objetivo de conquistar um território via desapropriação, pressionando o Estado na realização da Reforma Agrária. O acampamento, na maioria das vezes, é o desdobramento de uma ocupação, localizado, geralmente, nas margens de rodovias. No acampamento, as famílias se organizam enquanto acompanham as negociações pela desapropriação da área reivindicada para a Reforma Agrária.

A questão agrária brasileira, resultado das diferentes formas de apropriação e exploração do território, tem exigido um repensar<sup>3</sup> dos pesquisadores que compõem a rede DATALUTA em relação às ações dos povos tradicionais (quilombolas e indígenas) no tocante ao registro na categoria ocupação. Pois a luta dos povos tradicionais expõe uma relação diferente destes com a terra, uma vez que habitavam um território e, de alguma maneira, foram expropriados dele.

Destarte, os povos tradicionais lutam pela retomada de seu antigo território, como podemos observar na questão indígena em MS. É a luta pelo Tekoha. Essa diferença na luta dos povos tradicionais está em discussão na rede DATALUTA, na qual se propõe a construção de uma nova categoria. Todavia, optamos, neste trabalho, por manter a categoria ocupação para as ações dos povos tradicionais, de acordo com os dados consolidados de 1988 a 2014 e registrados com os outros movimentos.

Estudando os movimentos socioterritoriais e suas estratégias de espacialização e territorialização, Fernandes (1994; 1999) construiu a abordagem teórico-metodológica utilizando espaço e território como conceitos essenciais para a compreensão da luta pela

---

<sup>3</sup> A Rede DATALUTA se reúne anualmente para discutir sua metodologia de registro, e ainda, apresentar e analisar os dados DATALUTA e a conjuntura da questão agrária brasileira. Após a discussão da Rede DATALUTA os dados são publicados no relatório DATALUTA Brasil.

terra. Para Fernandes, o “território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder” (FERNANDES, 2005, p.27). Com desdobramento deste debate, Fernandes propõe o conceito de Movimento Socioterritorial:

Estamos iniciando uma reflexão fundamental para compreendermos os movimentos sociais além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem, pelos territórios que dominam. [...] Partimos do pressuposto que movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo. [...] Um movimento socioterritorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. E os realiza por meio de uma ação denominada ocupação da terra. (FERNANDES, 2000, p.59).

Assim, utilizaremos neste trabalho o conceito de movimento socioterritorial quando nos referirmos aos movimentos em Mato Grosso do Sul que lutam pela terra e pelo território.

### **30 anos do MST em Mato Grosso do Sul**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), principal movimento socioterritorial no campo brasileiro na atualidade, completou no ano de 2015 trinta décadas de luta. A origem do movimento está ligada a diversas lutas de trabalhadores rurais em todo o Brasil na década de 1980. Estas lutas culminaram na criação do MST em 1984 durante o Primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no município de Cascavel/PR (OLIVEIRA, 1994).

Em Mato Grosso do Sul, o início da organização do MST está ligada à ocupação da gleba Santa Idalina, no município de Ivinhema (MS), em abril de 1984, com cerca de 1500 famílias participando da ação. Essa ocupação marcou a luta pela terra no estado de MS por conta dos conflitos entre trabalhadores e a polícia e por dar início a organização de camponeses e trabalhadores rurais em movimentos socioterritoriais (CPT, 1994).

O fato é que a ocupação de Idalina constitui-se num marco histórico da mobilização dos Trabalhadores Rurais Sem terra na luta pela terra. Desencadeiam-se a partir daí, nos anos seguintes, [...] ocupações e acampamentos com maior ou menor organização dos mesmos. Somente para ilustrar, é significativo o número de cartas de apoio e solidariedade que o movimento recebeu durante os meses de maio e junho. Aproximadamente 180 cartas e telegramas, de várias entidades ligadas às lutas populares de quase todos os Estados brasileiros de Norte a Sul, solidarizando-se com os ocupantes de Ivinhema. (CPT, 1994, p.95).

No entanto, houve lutas anteriores à ocupação da fazenda Santa Idalina, pois camponeses e populações tradicionais (indígenas) resistem há séculos à expansão e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. A ocupação da fazenda Santa Idalina é resultado de lutas anteriores<sup>4</sup> envolvendo trabalhadores sem terra no Centro-Sul do estado entre os anos de 1979 a 1984 (FERNANDES, 1999).

Na década de 1980, houve a gestação do MST, por meio de ocupações, assembleias e encontros nacionais dos trabalhadores sem-terra, no qual o movimento se estruturou e organizou-se (FERNANDES, 1999).

O conjunto de decisões e os objetivos definidos no Encontro foi constituindo o caráter político do MST. Nesse processo de formação estão contidos os princípios que consolidariam o Movimento. Nesse contexto nasceu o MST, fruto da luta popular, das experiências das lutas camponesas. Desde sua gênese em 1979 até o seu nascimento em 1984, o Movimento foi se desenvolvendo pela sua práxis, procurando compreender e mudar suas realidades. Assim os trabalhadores construíram e conquistaram seus espaços políticos, enfrentando desafios nos debates e embates da luta. (FERNANDES, 1999, p.75).

Por meio de suas lutas, conquistas e derrotas, o MST se consolidou na atualidade como maior movimento socioterritorial no campo brasileiro e na América Latina. Em Mato Grosso do Sul, no contexto do latifúndio e da exploração dos trabalhadores no campo, o MST e outros movimentos socioterritoriais lutam por justiça e reforma agrária. Neste sentido, a ocupação de terras é a principal e mais polêmica ação estratégica do MST.

Por meio das ocupações de terra, o MST se territorializou em Mato Grosso do Sul, no entanto, apesar de ser a principal ação de luta pela Reforma Agrária, as ocupações apresentaram decréscimo nos últimos dez anos (2005 a 2014) em Mato Grosso do Sul, motivadas pela contradição da eleição de um governo popular (governo Lula) e paralização da política de Reforma Agrária (MELO, 2014).

Dirigentes do MST confirmam<sup>5</sup> esta tendência e enfatizam a desistência da luta por muitas famílias diante da demora na realização da Reforma Agrária.

Desta maneira, entre os anos de 1988 e 2014, o DATALUTA registrou<sup>6</sup>, 604 ocupações em Mato Grosso do Sul, envolvendo 92.226 famílias, como apresenta o gráfico 1. O MST foi responsável por 72 ocupações envolvendo 23.475 famílias. A frente está o movimento indígena com 118 ocupações, envolvendo 8.098 famílias, seguido pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com 113 ocupações.

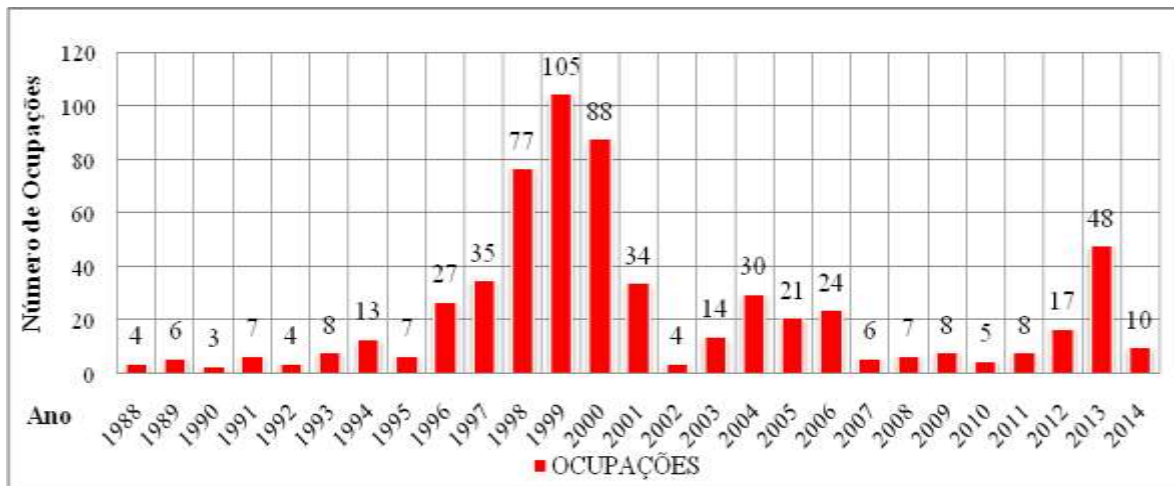
<sup>4</sup> Trabalhadores camponeses migrantes eram contratados para “amansar a terra” na formação das fazendas, após isto, eram expulsos. “Evidente que essa situação gerou conflitos. Por essa razão muitos camponeses foram assassinados. A causa maior dos conflitos era a constante luta pela conquista da terra de trabalho.” (FERNANDES, 1999, p.60).

<sup>5</sup> Entrevista realizada em maio de 2014, na sede do MST em Campo Grande (MS).

<sup>6</sup> O DATALUTA não possui registros de ocupações anteriores a 1988.

Podemos observar no gráfico 2 o aumento do número de ocupações a partir de 1996 (27 ocupações), chegando a 105 ocupações em 1999. No ano de 2000 foram 88 ocupações e a partir de 2001, o houve redução no número de ocupações. Observamos, também, que o ápice das ocupações ocorreu entre os anos de 1997 e 2001, seguidos de redução significativa nos anos posteriores.

**Gráfico 2 - Mato Grosso do Sul: ocupações (1988 - 2012)**



Fonte: DATALUTA, 2014. (Organizado pelo autor)

O período em que houve mais ocupações (1998 a 2000), em Mato Grosso do Sul, foi resultado da luta dos trabalhadores sem terra, engajados em sindicatos e movimentos socioterritoriais, a saber, Central Única dos Trabalhadores, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e MST. No Brasil, o DATALUTA registrou os maiores números de ocupações no mesmo período: 1998 (792 ocupações) 1999 (856 ocupações) e 2000 (519 ocupações).

Diante da grande quantidade de conflitos e ocupações no campo, foram aprovadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso medidas provisórias que afetaram diretamente as ações do movimento sociais, criminalizando-as.

A Medida Provisória 2.027-38, de 4 de maio de 2000, criminalizava a principal ação dos movimentos socioterritoriais, principalmente do MST, pois paralisava o processo de desapropriação o imóvel que fosse ocupado. Desta maneira, a medida provisória, em seu artigo segundo, sexto parágrafo, afirmava; “O imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado nos dois anos seguintes à desocupação do imóvel.” (BRASIL, 2000).

Substituindo a medida anterior (2.027-38), a Medida Provisória 2.109-52, de 24 de maio de 2001, agravou a criminalização da luta pela terra e dos movimentos socioterritoriais,

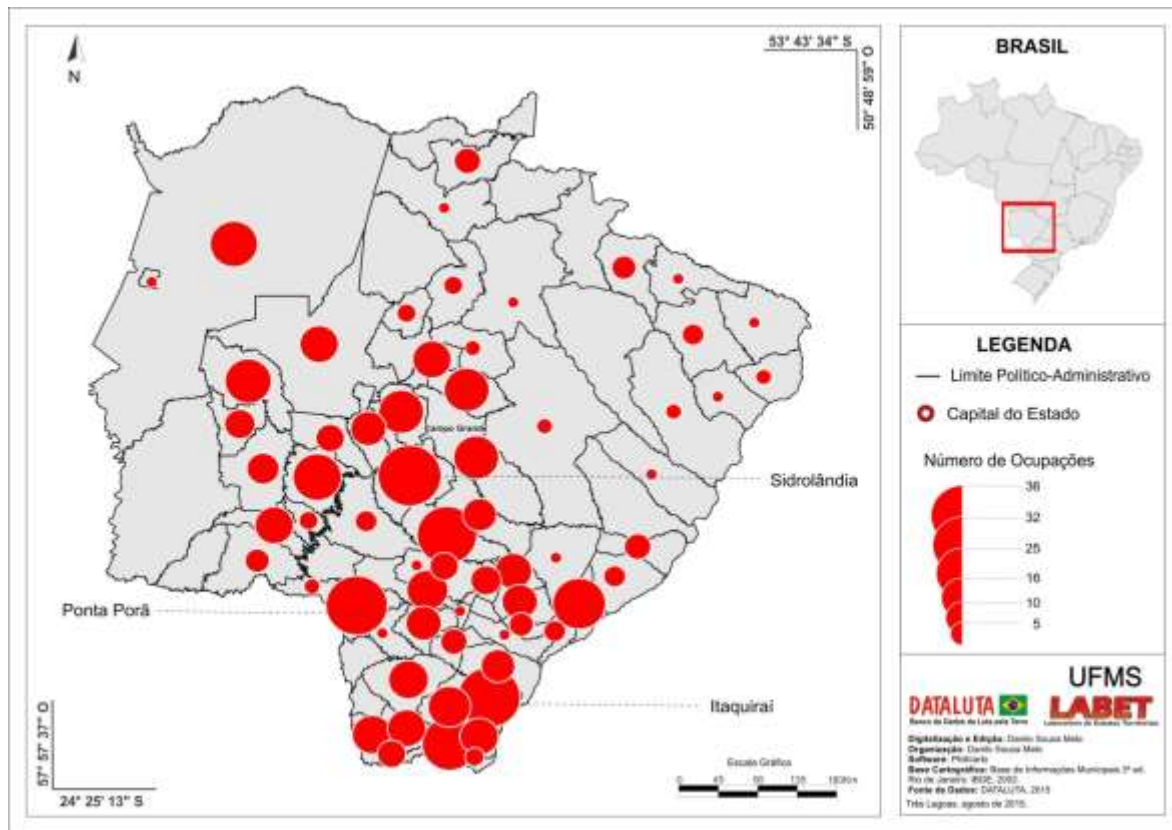
pois exclui da lista do benefício da reforma agrária o indivíduo envolvido em ocupações de terra. Desse modo;

Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária [...]. (BRASIL, 2001).

A criminalização das ocupações, somada a realização da Reforma Agrária de forma inexpressiva nos governos Lula e Dilma, resultou na diminuição das ocupações e do número de famílias engajadas nestas ações. Oliveira (2015) corrobora desconstruindo os números da Reforma Agrária dos governos citados. Assim

O governo Lula no primeiro mandato diz que assentou 381 mil famílias, mas, em verdade, assentou apenas 150 mil famílias em novos assentamentos. A diferença ficou com a velha matemagia do Incra que soma aos novos assentamentos aqueles da regularização fundiária, reconhecimento de assentamentos antigos, reassentamentos, etc. No segundo mandato, o governo Lula afirmou que assentou 232 mil famílias, entretanto, assentou apenas 65 mil. O governo Dilma no primeiro mandato garante ter assentado 105 mil famílias, todavia, assentou apenas e tão somente 31 mil famílias em assentamentos novos. (p.29).

No quadro geral, as ocupações entre os anos de 1988 a 2014 localizaram-se, principalmente, na região Centro-Sul do estado, como apresenta o mapa 2, com destaque para os principais municípios onde ocorreram ocupações nos últimos 30 anos: Sidrolândia (36 ocupações), Itaquirai (35ocupações) e Ponta Porã (34 ocupações).

**Mapa 2 – Mato Grosso do Sul: ocupações de terra (1988-2014)**

As ocupações localizadas na região Sul do estado são em sua maioria resultado da luta indígena, esta, por sua vez, tem sido a principal luta no campo em Mato Grosso do Sul nos últimos anos (2005-2014).

A ascensão da luta indígena resultou na alteração do protagonismo da luta pela terra em MS e no Brasil, como indica Porto-Gonçalves (2015 p.97).

No Brasil inteiro, independentemente da região geoeconômica, são as populações tradicionais que vêm ocupando a cena do enfrentamento fundiário e sinalizando para a ressignificação da questão (da reforma) agrária. Elas estão no caminho e são vistas como obstáculos ao progresso, pelas forças que se autodenominam progressistas do agronegócio, do hidronegócio, do econegócio da financeirização da natureza, da mineração, da construção civil.

Para compreender a ascensão da luta indígena em Mato Grosso do Sul se faz necessário discutirmos os processos de ocupação do território sul-mato-grossense e seus desdobramentos nos conflitos fundiários na atualidade.



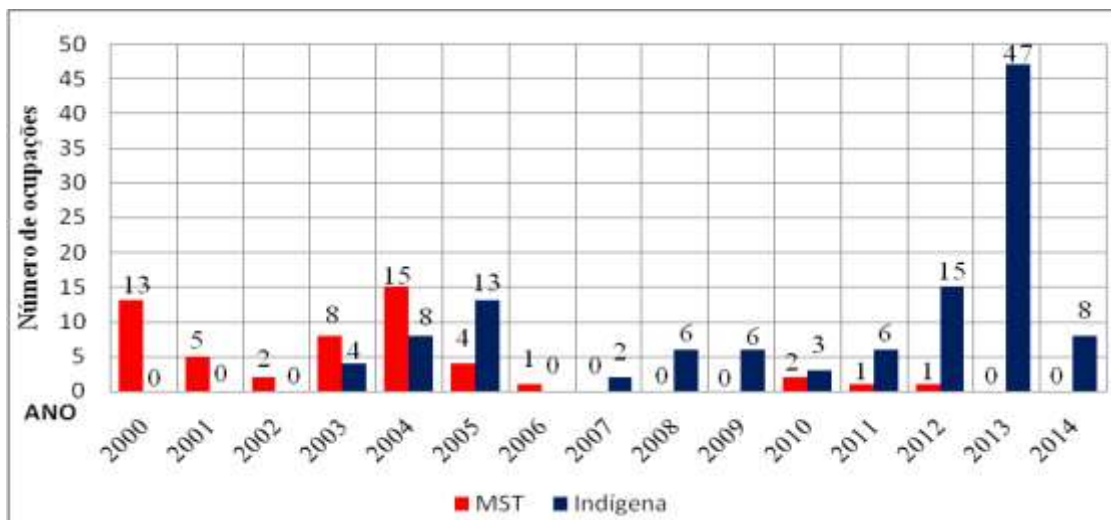
## O protagonismo da luta pela terra na atualidade

O atual contexto da questão agrária e o decréscimo das ações do MST, motivada pela paralisação da Reforma Agrária, refletiram no número de ocupações de terras como apresentamos e discutimos anteriormente. No período de decréscimo das ocupações é possível observamos a ascensão da luta indígena no levante das ações pela retomada dos territórios tradicionais. O crescente número de ocupações de terras por indígenas resultou na mudança do protagonismo em MS (gráfico 2<sup>7</sup>).

De acordo com os dados apresentados no gráfico 2, o protagonismo da luta pela terra nos últimos anos (2000 a 2014), em Mato Grosso do Sul, é dividido entre MST e os movimentos indígenas. No primeiro período (2000 a 2004), o MST foi o principal movimento na organização das ocupações no estado, com 13 ocupações, em 2000, e 15 ocupações no ano de 2004.

A partir de 2004 até 2012, os movimentos indígenas assumiram o protagonismo da luta pela terra em MS, liderando o número de ocupações (retomadas), como pode ser observado no gráfico 3. No gráfico, observamos que, a partir de 2005, o número de ocupações indígenas (13) foi mais expressivo em relação ao MST, passando de 15 ocupações, em 2012, e chegando a 47, no ano de 2013.

**Gráfico 3 - Mato Grosso do Sul: ocupações do MST e movimento indígena (2000 a 2014)**



Fonte: DATALUTA. (Organizado pelo autor)

<sup>7</sup> Para construção do gráfico 2 foram utilizados apenas dados referentes a ocupações realizadas pelo MST e movimento indígena, pelo fato destes serem os principais movimentos em MS.

A mudança no protagonismo da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, quando mapeada, apresenta os principais municípios com registro de ocupação indígena. No mapa 3, é possível observar a concentração das ocupações indígenas nas regiões Oeste e Centro-Sul de MS, regiões onde os territórios indígenas foram mais atingidos pela política fundiária e o avanço do agronegócio. O mapa apresenta os principais municípios em Mato Grosso Sul com maior ocorrência de ocupações indígenas, com destaque para Japorã (19 ocupações), Corumbá (14 ocupações) e Miranda (11 ocupações).

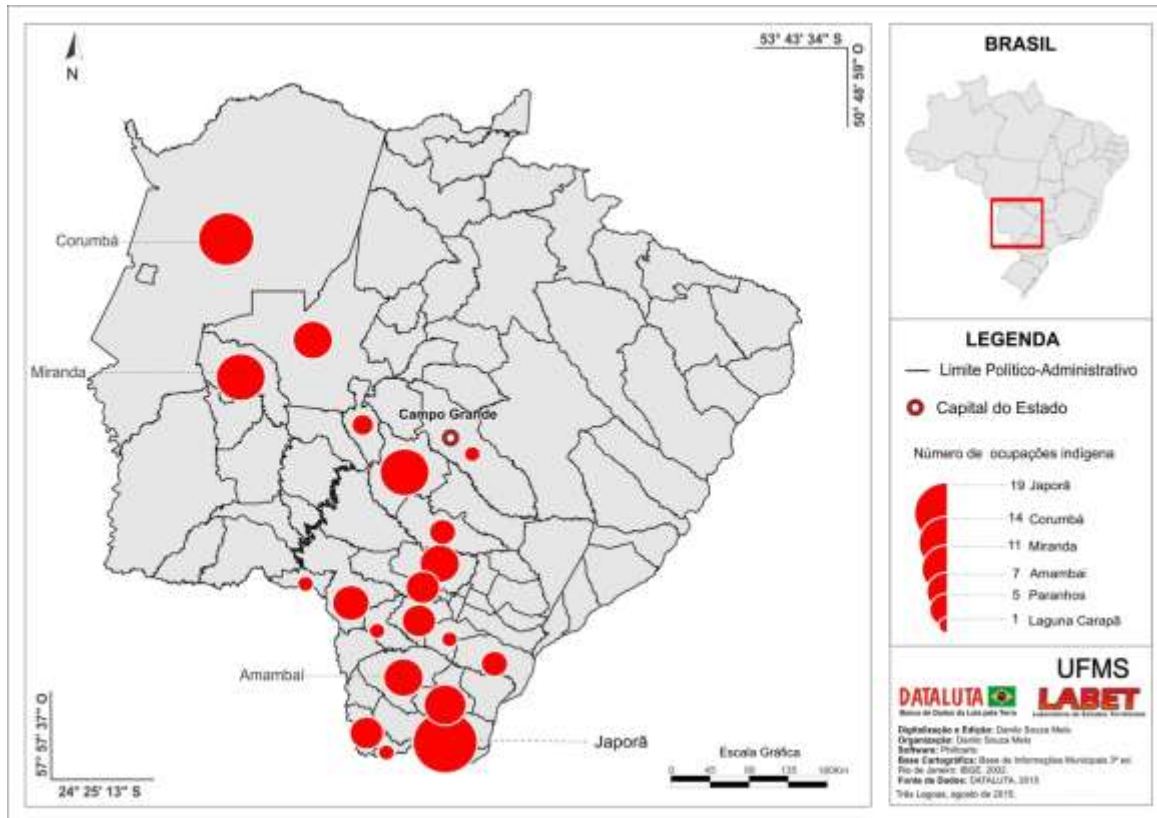
As 19 ocupações no município de Japorã são resultado da luta pela terra indígena Porto Lindo e de outros territórios ainda não demarcados. Assim, “há a Terra Indígena Porto Lindo, regularizada para os Guarani Ñandeva e outras reivindicadas (Mocajá e Vitoi Kuê, em estudo; Yvy-Katu, declarada).”(NARDOQUE E MELO, 2016, p.5).

Em segundo lugar, no número de ocupações indígenas, o município de Corumbá possui o registro de 14 ocupações de terras realizadas por indígenas resultantes da luta dos índios Kadiwéu, principalmente no ano de 2012. Os índios Kadiwéu lutam por uma área homologada pela Justiça desde 1984, mas enfrenta problemas burocráticos por sua localização entre Corumbá e Porto Murtinho.

Em Miranda, houve 11 ocupações indígenas pela retomada dos territórios da etnia Terena. Cabe destacar que o município possui a terceira maior população indígena do estado com 6.475 pessoas, segundo os dados do censo indígena do IBGE em 2010.

Na região onde se concentram as ocupações indígenas há forte presença do agronegócio latifundiário, segundo Nardoque e Melo (2016),

A partir dos anos 1980 houve expansão dos cultivos de soja, sobretudo para exportação e, mais recentemente, os monocultivos de cana espalharam-se pela região em decorrência da territorialização do capital proveniente do setor sucroenergético, distribuindo-se, nesta região, 19 usinas, de acordo a Associação de Produtores de Bionergia de Mato Grosso do Sul (Biosul), justamente em muitas das áreas reivindicadas pelos Guarani Kaiowá e Ñandeva como seus territórios tradicionais, seus Tekohás.(p.10).

**Mapa 3 – Mato Grosso do Sul: ocupações de terra realizada por indígenas (2000-2014)**

A ascensão da luta indígena em MS é resultado da resistência histórica destes povos à invasão de seus territórios, acentuada atualmente pelo avanço dos plantios de soja e cana. O estado de MS, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui a segunda maior população indígena do Brasil com mais de 77 mil pessoas vivendo em reservas ou abandonados nas periferias das cidades.

A questão indígena em MS, como parte da questão agrária, está relacionada ao processo de “ocupação” do estado. Nesse processo, o Estado brasileiro foi o principal ator, criando, alterando e revogando leis e decretos com objetivo de atrair contingentes populacionais para a região, assim como atividades econômicas. Logo, quando não assassinados ou escravizados, os povos tradicionais foram confinados em reservas com o objetivo de “limpar a terra” para o desenvolvimento da agricultura capitalista.

Um exemplo foi o controle da Companhia Matte Laranjeira sobre a exploração dos ervais na região Centro-Sul do estado, concedida após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Ao controlar as terras ervateiras, a Companhia procurou implantar a política de “espaços

vazios”, contanto com polícia própria, dizimando a população indígena presente na área e impedindo a ocupação das terras por pequenos proprietários ou posseiros (GUILLEN, 1999; MORENO, 1994).

[...] A manutenção de uma política de “espaços vazios” tornou-se uma estratégia vital para a Companhia, facilitando o controle e a vigilância sobre os ervais e as formas de trabalho, baseadas na escravidão por dívida. Como dispositivo disciplinar, possuía a Companhia uma polícia própria, os comitiveros, que se encarregavam de expulsar quem se instalasse em seus domínios, bem como recapturavam trabalhadores fugidos dos ervais. (GUILLEN, 1999, p.150/151).

Implantada em territórios indígenas, a companhia quando não os expulsavam, utilizavam-nos como mão de obra nos ervais.

As concessões feitas a Cia. Matte Larangeira atingiram em cheio o território dos Kaiowá e Guarani. Embora a mão-de-obra amplamente predominante nos ervais tenha sido a paraguaia, ocorreu, em várias regiões, o engajamento de índios Kaiowá e Guarani. (BRAND; FERREIRA E AZAMBUJA, 2008, p.31).

Os povos indígenas da região Centro-Sul de MS, expulsos de seus territórios (tekoha), sofreram com a exploração violenta de sua mão de obra. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, agravou a situação dos indígenas no Sul do antigo Mato Grosso ao criar reservas indígenas que contribuíram para a “limpeza” da terra liberando espaços para o desenvolvimento de novas atividades econômicas, como afirmam Siqueira e Souza (2005).

Na realidade, a intenção desse órgão oficial, SPI, com a demarcação dessas porções de terra para usufruto dos Kaiowá e Guarani era aldeá-los e assim liberar terras para o “progresso” de alguns brasileiros, levando estas populações a um processo conhecido na literatura como confinamento. (p.7)

A violência contra os territórios de populações indígenas continuou com a criação da Colônia Agrícola de Dourados (CAND). Como uma das ações do Estado brasileiro na chamada “Marcha para o Oeste”, durante o Estado Novo (1937 a 1945), a CAND tinha por objetivo “ocupar” e controlar a região de fronteira além de atrair trabalhadores de outras regiões do país que sofriam com problemas sociais.

Nesse sentido Becker (1990, p.11) afirma,

A fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por suas vez,

torna-se uma região estratégica para o Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle.

A ocupação da fronteira, para Martins (1997, p.09/10), apresenta dois lados perversos:

A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte. É, também, lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da esperança no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura [...]. Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão “do outro lado” e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Na fronteira, o chamado branco e civilizado é relativo e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é.

A instalação da Colônia Agrícola de Dourados marcou o início de uma longa e difícil luta indígena pela manutenção e retomada de seus territórios na região dos atuais municípios de Angélica, Dourados, Douradina, Fátima do Sul, Jateí, Vicentina e Glória de Dourados. Desta maneira,

[...] não se tem conta que essa Colônia estava sendo implantada em pleno território indígena, atingindo em cheio diversas aldeias Kaiowa. Confrontavam-se os índios, agora com colonos em busca de propriedades. Portanto, o conflito entre as comunidades indígenas e a CAND foi imediato e total. (BRAND, FERREIRA E AZAMBUJA, 2008, p.33).

Assim, a questão indígena envolve a luta pelo tekoha, pela retomada e reconhecimento de seus territórios e suas culturas dentro do contexto da agricultura capitalista e a produção de monoculturas (soja e cana-de-açúcar).

No que diz respeito aos povos indígenas em Mato Grosso do Sul, os guaranis vêm lutando pela recuperação de seus territórios desde a década de 1970. Os acampamentos nas rodovias ou ocupações em propriedades onde se localiza seu tekohá têm sido a principal forma de luta. Dos enfrentamentos e das precárias condições de vida, muitas mortes, agressões e violências os tem acometido, evidenciando a forma com que a questão agrária é tratada no Estado. (MIZUSAKI, 2014, p.99).

A concentração fundiária é outra característica da região com luta indígena. Por exemplo, em Japorã a concentração fundiária é marcante, como demonstra a tabela 2. A tabela com os dados do INCRA sobre imóveis rurais revela que apenas 6 imóveis com tamanho igual ou superior a 1.000 hectares ocupam 59,32% da área rural do município, enquanto 91,3% dos imóveis, com tamanho até 200 hectares, ocupam 26,76% da área total.

**Tabela 2 – Japorã (MS): estrutura fundiária – 2014**

<b>Classe Área Total (ha)</b>	<b>Nº imóveis</b>	<b>%</b>	<b>Área Total (ha)</b>	<b>%</b>
0 a menos 200	189	91,3%	7.869,30	26,76%
200 a menos de 500	10	4,84%	2.869,90	9,76%
500 a menos de 1000	2	0,96%	1.222,99	4,16%
Acima de 1000	6	2,9%	17.447,73	59,32%
<b>Total</b>	<b>207</b>	<b>100%</b>	<b>29.409,92</b>	<b>100%</b>

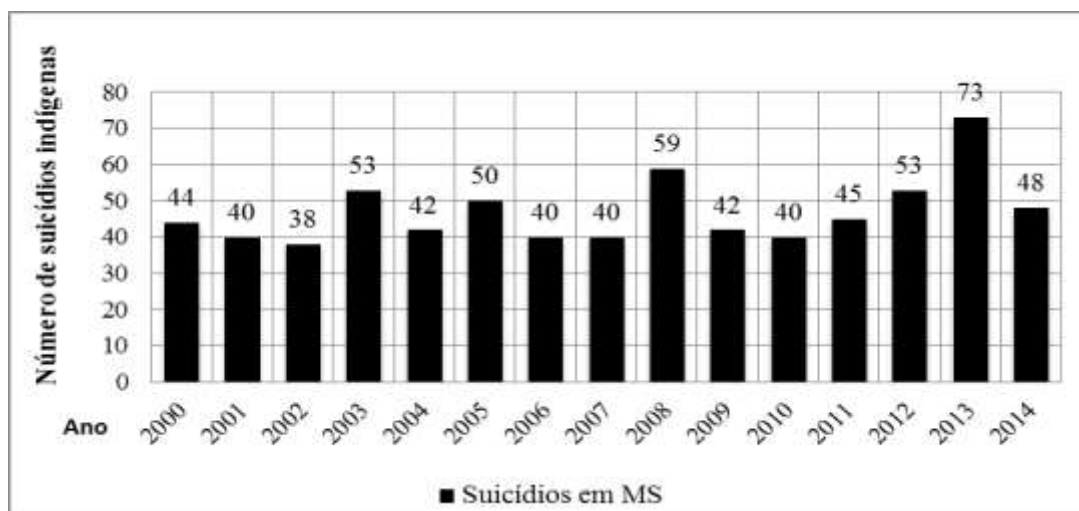
Fonte: INCRA/SNCR – 2014

A concentração fundiária em Japorã é reflexo da mesma situação no estado de Mato Grosso do Sul. Assim, entendemos a questão indígena como parte da questão agrária, sendo resultado dos processos de apropriação capitalista da terra e de desenvolvimento do capital no campo.

Nessa disputa entre indígenas e capitalistas nos campos sul-mato-grossenses, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 15 assassinatos de indígenas em Mato Grosso do Sul entre os anos de 2000 e 2014. No mesmo período, a CPT registrou ainda 19 tentativas de assassinatos contra índios, todos envolvendo a posse e a luta pela terra.

Outra estatística assombrosa é a do número de suicídios indígenas em Mato Grosso do Sul (gráfico 4), registrados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). No gráfico 4 observamos a ocorrência de 707 suicídios indígenas em MS, no período de 2000 a 2014, com destaque para o ano de 2013, com 73 suicídios.

**Gráfico 4 - Mato Grosso do Sul: Número de suicídios indígena (2000-2014)**



Fonte: CIMI-2015. (Organizado pelo autor)

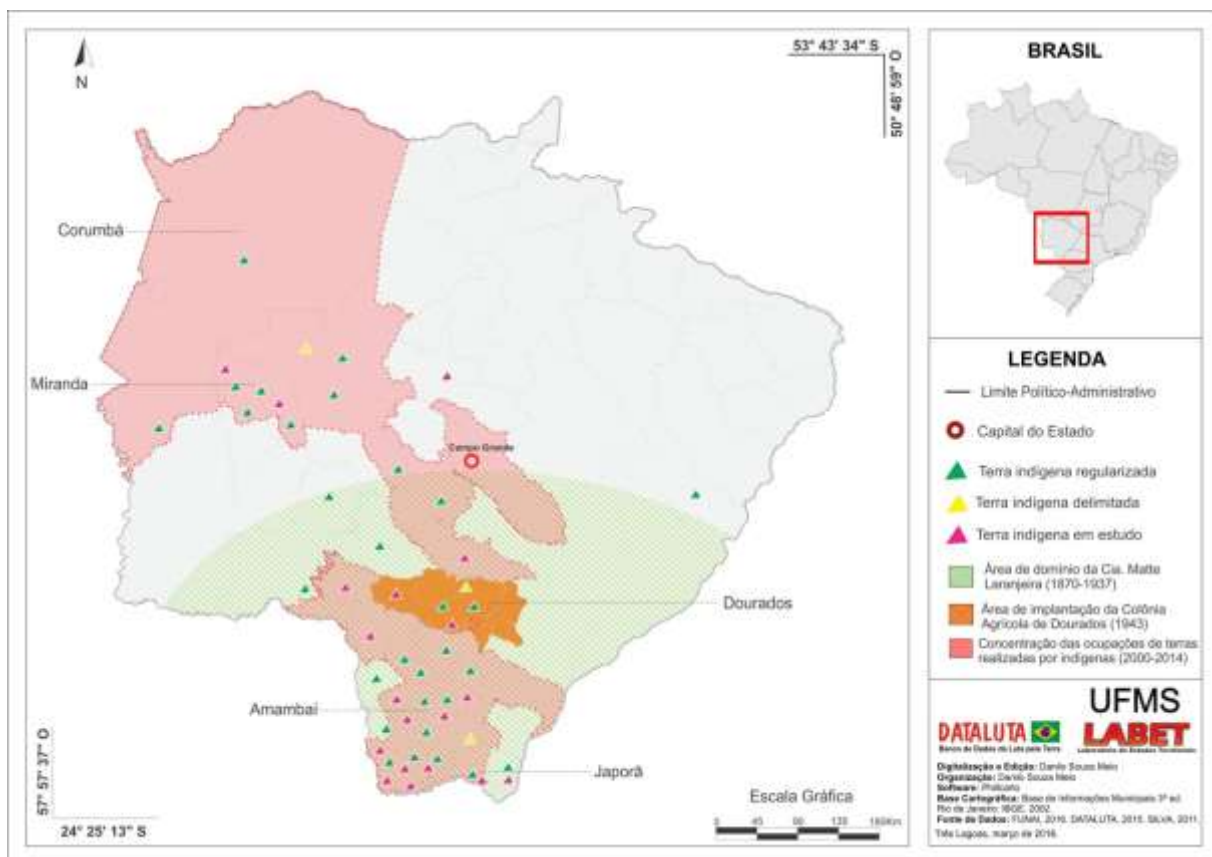
Cartografando os principais processos que resultaram na luta indígena, chegamos ao mapa da questão indígena em Mato Grosso do Sul (mapa 4). A presença de terras indígenas demarcadas, principalmente na região Sul do estado, ressalta a existência dos

territórios indígenas e a luta pelo reconhecimento de outros territórios apontados no mapa como terra indígena delimitada e terra indígena em estudo.

Segundo a FUNAI, são terras indígenas delimitadas aquelas que tiveram os estudos aprovados, com conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, se encontrando em fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena. Já as terras indígenas em estudo estão em processo de análise antropológica, histórica, fundiária, cartográfica e ambiental, para fundamentar a identificação e a delimitação da terra indígena.

As ocupações de terras realizadas por indígenas apresentam concentração nas regiões onde ocorreu o domínio da exploração da erva mate e onde houve a colonização dirigida pelo Estado. Desta maneira o mapeamento dos principais fatores da questão indígena explica a concentração da luta indígena nos municípios de Japorá, Corumbá, Miranda e Amambaí.

**Mapa 4 – Mato Grosso do Sul: Questão indígena**



O mapa 3 sintetiza a questão indígena em Mato Grosso do Sul e revela como os conflitos atuais estão relacionados a processos históricos de ocupação do estado. É

importante destacar que a área com concentração de ocupações indígenas localiza-se em regiões com terras indígenas em processo de estudo e delimitação. No entanto,

Como a legislação brasileira permite o contraditório, mesmo que o direito ancestral seja reconhecido, os fazendeiros-capitalistas e os capitalistas-fazendeiros oferecem mecanismos dificultadores para a homologação e regulamentação das terras indígenas, principalmente alegando possuírem títulos com cadeias dominiais de princípios do século XX, emitidos pelo Estado brasileiro. Outra alegação, baseia-se no mito do “desenvolvimento”, baseado na produção agropecuária e na geração de renda e empregos. (NARDOQUE e MELO, 2016, p.8).

Assim, justificam-se as ações indígenas como objetivo de pressionar o Estado e cobrar a agilidade dos processos de demarcação e reconhecimento de seus territórios. Essas ações tendem a crescer na medida que se intensifica a agricultura capitalista sobre os territórios indígenas e a inércia do Estado brasileiro no reconhecimento e demarcação das terras indígenas.

## **Considerações finais**

A política fundiária aplicada pelo Estado brasileiro foi fundamental para a região Centro Sul de MS se tornar conflituosa, pois permitiu a posse e a concentração fundiária criando as bases para o desenvolvimento da propriedade capitalista no campo, via expansão do agronegócio. Nesse processo, houve agravamento da desigualdade social com a expropriação de posseiros, camponeses e povos tradicionais da terra e trabalhadores sem terra de outras regiões, atraídos pela ilusória possibilidade de acesso a terras na região.

Este grupo de trabalhadores e povos tradicionais engajados ou não em movimentos socioterritoriais lutam pela conquista da terra e retorno de seus territórios, por meio de ocupações. As ocupações no período de 1988 a 2014 apresentaram os maiores índices entre os anos de 1998 e 2000 e redução nos anos seguintes.

Após 30 anos da ocupação em Santa Idalina, o MST permanece como o movimento social mais organizado em Mato Grosso do Sul. Em sua trajetória no estado é possível verificar mudanças de luta, variando entre períodos de maior pressão popular e outros com poucos números de ações. Em suas lutas o movimento vai se transformando com os erros e acertos aperfeiçoando suas estratégias, assim

[...] a atuação de um movimento social não se desenvolve de forma linear, pode incluir avanços e retrocessos, bem como descontinuidades. O movimento social vai se criando a partir da luta, de encontros e



desencontros, de conflitos externos, mas também de conflitos internos ao próprio movimento e à sua base de sustentação. (MARQUES, 2006, p.190).

É inegável a importância do MST na luta pela terra no Brasil e em Mato Grosso do Sul, no entanto, o movimento perdeu momentaneamente o protagonismo da luta no estado no período dos governos Lula (2007-2010) e Dilma (2011-2014) em que a política de Reforma Agrária esteve paralisada. O aumento das ações organizadas por indígenas para a retomada de seus territórios tradicionais aumentaram de proporção a partir do ano de 2005, período no qual se verifica também o aumento do número de assassinados de índios e suicídios indígenas.

Desta maneira, o protagonismo da luta pela terra se alterou em Mato Grosso do Sul, concentrando as ocupações de terra nos municípios de Japorã, Corumbá e Miranda. Todavia, as ocupações indígenas não são resultado da estratégia de um movimento único no Estado, estas ações resultam de lutas de diferentes povos tradicionais em busca do retorno ao seu território.

A perspectiva para o campo sul-mato-grossense é de acirramento da luta indígena, podendo ainda haver um levante das ações do MST de acordo com um novo cenário político e econômico e a não Reforma Agrária. O Estado brasileiro responsável por parte da expropriação de camponeses e indígenas deve retomar os processos de desapropriação de terras para Reforma Agrária e agilizar as demarcações de terras indígenas.

Estas ações implicarão na redução de conflitos no campo. No entanto, apenas a redistribuição de terras não é o suficiente, é necessária assistência do Estado e políticas que apoiem a geração de renda e redução da desigualdade social no campo.

## Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Por esses mortos, nossos mortos, peço castigo. **Boletim DATALUTA**, n.66, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, Presidente Prudente, jun. 2013.

ALMEIDA, Rosemeire A de, KUDLAVICZ, Mieczslau, SILVA, Tânia Paula da. Agropecuária e transformações territoriais em mato grosso e mato grosso do sul na última década: estudo comparativo dos dados censitários. In: ARAÚJO, Ana C. de, BATISTA, Luiz Carlos, VARGAS, Icléia Albuquerque (Orgs.). **Dinâmicas do Rural Contemporâneo**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2014.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. Série Princípios, 1ª edição, São Paulo: Ática, 1990.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.027-38, de 4 de Maio de 2000.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.109-52 de 24 de maio de 2001.

BRAND, Antônio Jacó. FERREIRA, Eva Maria Luiz. AZAMBUJA, Fernando de. Os Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008. p.27-51.

Conselho Indígena Missionário – CIMI. Número de Suicídios indígenas em Mato Grosso do Sul. 2015. Disponível em:< <http://www.cimi.org.br>>. Acesso em 12 de fev.2016.

Comissão Pastoral da Terra – CPT. **Lutas dos trabalhadores rurais em Mato Grosso do Sul (1978-1992): a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. (mimeografado) Campo Grande. 1994.

**Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA**. Ocupações em Mato Grosso do Sul. Dados Consolidados 2014.

CORREIO DO ESTADO, Campo Grande. Ano 59, nº18. 356, 29 fev. 2012.

FABRINI, João E.. A posse e concentração de terra no sul de mato grosso do sul. In: ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008. p.53-79.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: espacialização e territorialização da luta pela terra: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra - formação e territorialização em São Paulo**. 207f. Dissertação (mestrado em geografia), FFLCH, USP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do movimento dos Trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999)**. 316 f. Tese (doutorado em geografia), FFLCH, USP, 1999.

\_\_\_\_\_. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, P.59-86. nº 15. 2000.

\_\_\_\_\_. A ocupação como forma de acesso à terra. **XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**. Washington – DC. 2001. Disponível em:< <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/FernandesBernardoPort.pdf>>. Acesso em 13 de mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA** – Ano 8, n. 6 – Janeiro/Junho de 2005.

\_\_\_\_\_. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 347f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (Unesp). 2008.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, Fase, Vozes, 1987.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso**. Estudos Sociedade e Agricultura, abril 1999: 148-168p.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes.1981.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Relação Estado e MST: algumas fases e faces**. 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aedicao/lr184-196.pdf>> Acesso em: 10 de jan. 2016

MELO, Danilo Souza. **Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000 – 2012)**. 133f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFMS. Três Lagoas. 2014.

MIZUSAKI, Márcia Y. Questão Agrária e Disputas Territoriais em Mato Grosso do Sul: Novos Conteúdos, Velhas Práticas. In: ARAÚJO, Ana C. de, BATISTA, Luiz Carlos, VARGAS, Icléia Albuquerque (Orgs.). **Dinâmicas do Rural Contemporâneo**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2014.

MORENO, Gislaene. **Os (Des) Caminhos da Apropriação Capitalista da terra em Mato Grosso**. 633f. Tese de Doutorado. FFLCH USP. São Paulo. 1994.

\_\_\_\_\_. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)**. Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2008.

MOTA, J. M. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na reserva indígena de dourados à multiterritorialidade**. 406f. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Brasil. 2011.

NARDOQUE, Sedeval. MELO, Danilo Souza. A questão agrária e indígena em Mato Grosso do Sul. **Boletim DATALUTA** p.1-12, Jan, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J.P.(Ed.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 45-67.

\_\_\_\_\_. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez., 2003.

\_\_\_\_\_. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p.27-64.

- \_\_\_\_\_. **A geografia e os movimentos sociais**. São Paulo: USP (digitado), 2007.
- \_\_\_\_\_. Agricultura e Indústria no Brasil. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.
- \_\_\_\_\_. A mundialização da agricultura brasileira. **Actas: XII Colóquios de Geocrítica**. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. 2012. Acesso em: 22 fev. 2014.
- \_\_\_\_\_. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta In: Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de Conflitos no Campo 2015**. Goiânia, 2015, p. 28-42.
- PEDON, Nelson R. **Movimentos socioterritoriais no Brasil**: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 240f. (Tese Doutorado) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos, W. CUIIN, Danilo P. LEAL, Leandro T. SILVA, Marlon, N. **Bye bye Brasil, aqui estamos**: a reinvenção da questão agrária no Brasil. In: Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de Conflitos no Campo 2015**. Goiânia, 2015, p. 86-98.
- ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terras. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Editora Expressão Popular, 2012.
- SIQUEIRA, Eranir, M de. SOUSA, Neimar M de. A atuação do serviço de proteção ao índio e a história dos guarani/kaioiwá. (Anais) ANPUH – **XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 2005. 8 p.

Recebido para publicação em 27 de março de 2016.

Devolvido para a revisão em 30 de maio de 2016.

Aceito para a publicação em 10 de janeiro de 2017.